

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: ESTADO DA ARTE¹

Maura Jeisper Fernandes Vieira²

Liara Saldanha Brites³

Rosane Machado Rollo⁴

Cristianne Maria Famer Rocha⁵

Resumo: Esta revisão de literatura (2019-2024) investiga a *plataformização* do trabalho docente no Brasil. Foram encontrados oito estudos. Na literatura nacional, predomina a abordagem teórica que associa o fenômeno à precarização estrutural da profissão, controle algorítmico e lógica neoliberal. Em contraste, um dos estudos aponta o trabalho *plataformizado* como uma escolha consciente e vantajosa financeiramente, no entendimento do pesquisador a partir das respostas dos professores entrevistados. A principal lacuna de conhecimento reside nesse confronto. Tal cenário reforça a complexidade do tema e a importância de novos estudos.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7590-9903>. -email: maurajeisper@gmail.com

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3474-033>. e-email: liarabrites@yahoo.com.br

⁴ Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9181-4672>. e-email: rosanerollo@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3281-2911> e-email: cristianne.rocha@ufrgs.br

Palavras-chave: *Plataformização*; Trabalho Docente; Precarização do Trabalho; *Uberização*; Revisão de literatura.

PLATFORMIZATION OF TEACHING WORK IN BRAZIL: STATE OF THE ART

Abstract: This literature review (2019–2024) investigates the platformization of teaching work in Brazil. Eight studies were identified. In national literature, the predominant theoretical approach associates this phenomenon with structural precariousness, algorithmic control, and neoliberal logic within the profession. In contrast, one study points to platformized work as a conscious and financially advantageous choice, according to the researcher's interpretation of the interviewed teachers' responses. The primary knowledge gap lies within this confrontation. Such a scenario reinforces the complexity of the topic and the importance of further research.

Keywords: Platformization; Teaching Work; Labor Precariousness; *Uberization*; Literature review.

INTRODUÇÃO

O campo da Educação tem passado por transformações, impulsionado, principalmente, pela popularização de novas tecnologias digitais e mudanças nas formas de interação e consumo. Alguns efeitos já são percebidos no trabalho docente, como um deslocamento dos espaços escolares aos ambientes digitais *plataformizados* e a ascensão de professores influenciadores e criadores de conteúdos (Dias, 2025).

O trabalho de plataforma emerge como uma forma contemporânea de organização laboral mediada por plataformas digitais que se estabelecem como intermediárias e gerenciadoras das relações de trabalho, reconfigurando as dinâmicas de trabalho a partir de uma lógica algorítmica



(Abílio, Amorim e Grohmann, 2021). Essa reorganização, conhecida como *plataformização* do trabalho, desloca responsabilidades e riscos para os trabalhadores, enquanto centraliza os lucros nas grandes corporações tecnológicas (*Big Techs*), promovendo um processo conhecido como *uberização* (em referência à empresa *Uber*) - um aprofundamento da precarização do trabalho a partir do uso das plataformas digitais (Abílio, 2020), bem como a desregulamentação das condições laborais, inserindo os trabalhadores em um ambiente de informalidade e fragmentação.

No Brasil, historicamente, o movimento de precarização do trabalho docente acompanha a lógica de desvalorização estrutural da profissão que se intensifica com a implementação de políticas neoliberais voltadas para a flexibilização do ensino e privatização, ganhando novos contornos com os modos contemporâneos de atuar como docente em uma lógica de trabalho mediada por plataformas digitais e submetido às dinâmicas de algoritmização (Vieira, M.J.F., 2023). Esse modelo *uberiza* o trabalho docente, transferindo responsabilidades e riscos dos empregadores e empresas de tecnologias para os professores, enquanto eles se submetem a uma competição constante e busca por visibilidade.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo identificar as principais abordagens e lacunas de conhecimento sobre a temática da *plataformização* do trabalho docente no Brasil, a partir da literatura nacional.

PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UM BREVE CONTEXTO

O neoliberalismo, para Michel Foucault (2008), Pierre Dardot e Christian Laval (2016), é considerado uma racionalidade, pois se constitui como modos de estar no mundo, a partir de lógicas de pensamento que precisam ser

atendidas ou seguidas, estabelecendo práticas e comportamentos, transcendendo o campo econômico para moldar todas as esferas da vida pessoal e social. Trata-se de um modo de vida contemporâneo, uma forma de viver o capitalismo na sua fase mais avançada e da manutenção deste, enquanto sistema econômico vigente em grande parte das sociedades.

Quanto à racionalidade, temos nossas condutas conduzidas (Foucault, 2008), principalmente, a partir da lógica mercadológica que atravessa todas as dimensões da existência e reorganiza não apenas instituições, mas também as subjetividades, promovendo o governo de indivíduos e populações por meio de mecanismos que incentivam a competição e tornam a vida “mercadorizada”, na qual tudo é passível de ser capitalizável e comercializável.

A racionalidade neoliberal tem seus preceitos internalizados pelos próprios sujeitos, uma vez que o poder não opera de forma coercitiva, neste sentido o poder não reprime, mas seduz, gerenciando as ações e os desejos dos sujeitos por meio de uma suposta promoção da autonomia, da flexibilidade e da liberdade como valores fundamentais. Para Byung-Chul Han (2015, p. 44),

a técnica de poder do regime neoliberal assume uma forma sutil. Não se apodera do indivíduo de forma direta. Em vez disso, garante que o indivíduo, por si só, aja sobre si mesmo de forma que reproduza o contexto de dominação dentro de si e interprete como liberdade.

O poder que se apresenta como inteligente e acolhedor evita confrontar diretamente a vontade dos sujeitos sobre os quais exerce controle, direcionando-os em favor de seus próprios interesses. Ele se manifesta mais como uma força

afirmativa do que repressiva, preferindo seduzir a oprimir. Sua estratégia consiste em gerar e explorar emoções positivas, buscando atrair ao invés de impor limites. Longe de se opor aos sujeitos, adota uma postura que se alinha com seus desejos e anseios, que são facilmente afinados, pois são produzidos pelo próprio neoliberalismo (Han, 2015).

Não se trata aqui de uma relação simplista de causa e efeito, mas uma complexa relação de subjetivação e produção mútua. O neoliberalismo forja um sujeito que faz, por sua vez, a manutenção do neoliberalismo, pois vive seus preceitos diariamente. Deste modo, ao mesmo tempo em que promove a sensação de autonomia, liberdade, flexibilidade, autorresponsabilidade, como valores centrais, utiliza esses mesmos valores como ferramentas para reforçar sua manutenção.

A liberdade deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser um meio – um conceito, um atributo, uma vontade e um fim - para consolidar estruturas de poder e controle. Assim, ocorre uma transferência do foco da regulação social para o da responsabilização individual, que penetra nas subjetividades e nas relações interpessoais, promovendo a ideia de que o sucesso ou o fracasso é determinado exclusivamente pela competência e/ou responsabilidade individual.

Para Dardot e Laval (2016, p. 27), o neoliberalismo pode ser definido como “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Para Wendy Brown, o neoliberalismo (2019, p. 29)

(...) é um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um

clima de impostos e tarifas amigável para os investidores estrangeiros.

O excerto acima nos leva a pensar na reconfiguração do Estado na racionalidade neoliberal, em que “a lógica do mercado invade o estado, ataca direitos e reduz a participação política na esfera pública” (Pinheiro-Machado; Scalco, 2023, p. 314). Diferentemente de uma proposta de um Estado mínimo, “o Estado eficaz é um Estado central forte, cuja prioridade é uma atividade reguladora que garanta o Estado de direito e facilite o mercado e seu funcionamento” (Dardot; Laval, 2016, p. 311). Isso inclui a criação de políticas que flexibilizam o trabalho, desregulam mercados e promovem privatizações em larga escala (Brown, 2019). O Estado, sob a tutela do mercado, funciona como um pilar para a sustentação da lógica neoliberal, transferindo os riscos do sistema econômico para os indivíduos, enquanto protege os interesses corporativos (Dardot; Laval, 2016). E, “à medida que a mentalidade de mercado invade a política, os cidadãos são transformados em clientes permanentemente insatisfeitos com os bens públicos, resultando na apatia política” (Pinheiro-Machado; Scalco, 2023, p. 314).

Essa reconfiguração implica que o Estado assuma o papel de facilitador da competição, não apenas entre empresas, mas também entre indivíduos e instituições. Ele implementa políticas que incentivam a competitividade, a flexibilidade laboral e a eficiência, frequentemente realizadas por meio de desregulamentações, privatizações e redução de políticas de proteção social. O Estado neoliberal atua como um agente promotor dos preceitos neoliberais e torna-se um mecanismo de produção de subjetividades alinhadas à lógica neoliberal, pois “o Estado deve ter autoridade, deve concentrar-se no essencial [e] deve ser capaz de criar quadros

regulamentares indispensáveis à economia” (Dardot; Laval, 2016, p. 311, grifo nosso).

Direitos sociais, antes garantidos pelo Estado, são convertidos em serviços a serem adquiridos, e o cidadão passa a ser compreendido como um consumidor, cujas escolhas devem ser orientadas pela lógica de mercado (Han, 2015). Esta nova função estatal não se limita a uma adaptação às condições econômicas, mas constitui um novo regime de verdade que redefine o que é considerado legítimo ou desejável em termos de organização social. Logo, a competição torna-se o princípio organizador das vidas, transformando todas as relações humanas, incluindo as educacionais e as laborais, dentre outras.

No contexto do trabalho, a condição neoliberal gera “aumento exponencial da insegurança no mundo do trabalho” (Cabanas; Illouz, 2022, p. 80) e situações como essas – de insegurança e precarização das relações laborais – estão atreladas à discussão direta sobre *plataformização* e *uberização* do trabalho, que são deslocamentos que estão ocorrendo devido ao que Maura J.F. Vieira (2023) tem chamado de neoliberalismo tecnológico digital, ou seja, quando o neoliberalismo, articulado ao uso das tecnologias digitais, gera condições de possibilidade de novos modos de atuar em plataformas. E, no caso do trabalho, em particular, o que temos visto é o aprofundamento da precarização, conforme os estudos realizados por Abílio (2020) e Maura J.F. Vieira (2023).

As novas formas de trabalho *plataformizado* estão baseadas na *Gig Economy* (ou, como está sendo chamada no Brasil, na “Economia dos Bicos”), um modelo econômico baseado em trabalhos temporários, flexíveis e, muitas vezes, mediado por plataformas digitais. Nesse sistema, trabalhadores autônomos realizam tarefas específicas (ou *gigs*, em inglês) em vez de manterem vínculos empregatícios tradicionais. Dentre os trabalhadores que atuam dessa

maneira, atualmente, estão os motoristas de aplicativos, os entregadores de comida e os *freelancers* de diversas áreas (Grohmann, 2020).

Para o capital se expandir, é preciso acelerar o seu ritmo de produção/desenvolvimento/consumo e as tecnologias digitais amplificaram o capitalismo em sua etapa algorítmica e hiperconectada com uma subjetividade conectada. Para Deivison Faustino e Walter Lippold (2023, p. 38), “a aceleração advinda dessa transformação alterou decisivamente os ritmos sociais e, com isso, a dinâmica da vida cotidiana e nossa percepção a respeito do tempo e do espaço”. E, dessa necessidade de ampliação do capital e de aceleração, é que surgem as plataformas digitais, que são estruturas que operam digitalmente e conectam diferentes grupos de usuários, como consumidores e produtores, facilitando a troca de informações, bens e serviços. Elas funcionam a partir de cálculos algorítmicos, a fim de personalizarem as experiências dos usuários, mas sua complexidade e impacto muitas vezes vão além de definições simplistas, estendendo-se profundamente às nossas vidas cotidianas.

Para Nick Srnicek (2017)⁶, as plataformas digitais são infraestruturas que operam como intermediárias, conectando usuários enquanto coletam dados em larga escala. Não se limitam a mediar interações econômicas, mas também moldam práticas culturais e sociais, consolidando monopólios por meio de efeitos de rede e centralização de dados. Esse modelo econômico transforma a lógica de produção e consumo, reconfigurando mercados e práticas culturais em torno de um paradigma centralizado e orientado pela dataficação⁷. Em consonância com Srnicek (2017), Thomas

⁶ Obra consultada em inglês, logo, trata-se de uma livre tradução das ideias.

⁷ A dataficação refere-se ao processo de converter várias formas de informações, como comportamento humano, objetos físicos ou processos de negócios, em dados digitais



Poell, David Nieborg e Brooke Erin Duffy (2022, p. 27) definem plataformas digitais como “infraestruturas de dados que facilitam, agregam, monetizam e governam as interações entre usuários finais e prestadores de serviço e conteúdo”, destacando sua função de gerenciamento e monetização das relações digitais.

A ampliação dessas estruturas tem gerado o que alguns pesquisadores definem como *plataformização*. Em 2018, Poell e Nieborg conceituaram a *plataformização* como “a penetração de extensões econômicas, governamentais e infraestruturais de plataformas digitais nos ecossistemas da Web e de aplicativos” (p. 4276). Em 2022, em colaboração com Duffy, os autores expandiram e aprofundaram o conceito, que atualmente pode ser entendido como o processo pelo qual plataformas digitais reconfiguram práticas econômicas, culturais e sociais, governando e monetizando interações humanas por meio de infraestruturas baseadas em dados e algoritmos. Para Srnicek (2017), esse processo abrange desde a mediação de interações até a transformação de mercados e ecossistemas digitais, consolidando-se como um modelo que centraliza e reconfigura as dinâmicas de produção, consumo e controle sobre os trabalhadores com o uso de algoritmos e mecanismos de avaliação.

A gestão algorítmica emerge como elemento central desse processo, promovendo formas de controle que transcendem as fronteiras tradicionais do trabalho. As plataformas não apenas mediam, mas também configuram as condições de produção e exploração, operando como infraestruturas que reúnem e processam grandes volumes de dados para maximizar ganhos econômicos. Essa interseção de

que podem ser analisados e usados para diversos fins. Envolve o uso de tecnologia para coletar, armazenar e analisar vastas quantidades de dados, transformando-os em informações valiosas que podem orientar a tomada de decisões e melhorar o desempenho (Mouser Electronic, 2023).

dados e capital reforça desigualdades de classe, gênero e raça, perpetuando hierarquias sociais existentes (Grohmann, 2020).

Segundo Abílio, Amorim e Grohmann (2021), a *uberização* e a *plataformização* do trabalho representam processos interligados. A *uberização* é caracterizada pela gestão *just-in-time*, que transfere os riscos e custos da atividade econômica para os trabalhadores. Trata-se de um aprofundamento da precarização do trabalho a partir do uso de tecnologias digitais para intermediação como plataformas e aplicativos, enquanto a *plataformização* reflete a dependência estrutural de plataformas digitais para a mediação dessas atividades. Essa dinâmica é profundamente marcada por elementos da informalização e da intensificação da vigilância e do controle algorítmico.

A *uberização* do trabalho docente tem sido discutida principalmente com a ascensão de plataformas digitais, como a *Superprof*, que atua como uma vitrine virtual, semelhante a um *marketplace*, onde os docentes se inserem na plataforma com a construção de perfis e competem entre si pela atenção dos potenciais alunos (Vieira, M.J.F., 2023). No marketplace *Superprof*, os professores, como empresários de si, disponibilizam seu capital humano e permanecem acessíveis, aguardando que os futuros clientes escolham seu perfil entre os milhares oferecidos na plataforma. Para se destacarem, esses docentes precisam adotar estratégias de divulgação, como a criação de textos descritivos, onde cada professor pode incluir as informações que considera mais relevantes, dado que os demais dados do perfil são padronizados (Vieira, M.J.F., 2023).

Ainda no contexto da atuação dos docentes em plataformas digitais, o *Instagram* tem se apresentado como



uma plataforma potente de trabalho conforme demonstra a pesquisa desenvolvida pela DeepLab⁸:

(...) o relatório alerta que as plataformas de mídia social, como o Instagram, devem ser vistas como plataformas de trabalho. Isso possibilita uma nova perspectiva sobre o trabalho digital e o emprego no Brasil e no mundo, fornecendo quadro mais favorável para a elaboração de políticas públicas abrangentes voltadas para a geração de empregos decentes e uma rede de segurança social mais ampla (Pinheiro-Machado *et al.*, 2024).

As questões políticas, as dinâmicas de poder, as aspirações, o sofrimento psicológico e as novas condições de trabalho envolvidas na prestação de serviços realizada através das plataformas, como o *Instagram*, precisam ser exploradas, assim como as estatísticas atuais sobre o número de trabalhadores envolvidos no trabalho em plataformas precisam ser repensadas, pois a importância de considerar as mídias sociais como plataformas de trabalho digital é substancial (Pinheiro-Machado *et al.*, 2024).

⁸ O *DeepLab* é um laboratório de pesquisa coordenado pela professora e pesquisadora brasileira Rosana Pinheiro-Machado na Universidade de Dublin (UCD) na Irlanda. Trata-se de um laboratório de pesquisa que investiga as principais transformações mundiais no trabalho e na política no século XXI. A equipe produz pesquisas de ponta sobre precariedade econômica, trabalho em plataformas digitais, movimentos sociais, novas tecnologias e extrema direita (Labdeep, 2026).

METODOLOGIA

Com o objetivo de identificar as principais abordagens e lacunas de conhecimento sobre a temática da *plataformização* do trabalho docente no Brasil, propomos uma Revisão da Literatura. Para tal, consideramos o conceito de "plataformização do trabalho docente" como descritor único e composto para o processo de busca e seleção dos textos analisados. A estratégia de busca foi planejada para identificar estudos que mencionam os termos "plataformização", "trabalho" e "docente" no mesmo manuscrito, ainda que não necessariamente na mesma ordem ou como uma expressão exata.

Reconhecendo que a *plataformização* do trabalho docente é um tema ainda em desenvolvimento acadêmico, buscamos abarcar uma variedade de desenhos metodológicos, com o intuito de captar diferentes perspectivas e abordagens sobre o tema. Assim, a pesquisa foi conduzida com base em critérios de elegibilidade previamente estabelecidos para garantir a qualidade e a relevância dos estudos incluídos.

Foram considerados artigos científicos de periódicos revisados por pares, publicados até dezembro de 2024, redigidos em português e disponíveis na íntegra de maneira gratuita, de forma a delimitar um recorte temporal e linguístico alinhado ao objetivo do estudo. Para ampliar a abrangência da pesquisa, também foram incluídas produções acadêmicas de pós-graduação *stricto sensu*, como teses e dissertações, considerando a relevância dessas produções na exploração.

Compõem as fontes de informação sites e repositórios acadêmicos amplamente reconhecidos, como o Portal de Periódicos da CAPES, o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, o acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações (BDTD), a plataforma *SciELO* e o *Google Acadêmico*.

As buscas foram conduzidas no mês de janeiro de 2025. Os estudos foram incluídos por meio de um processo que consistiu na análise dos títulos e resumos, seguida da leitura integral dos trabalhos selecionados. Foram excluídos aqueles que não tratavam diretamente da *plataformização* do trabalho docente, ainda que abordassem de forma tangencial temas relacionados, como o trabalho docente de modo geral ou a *plataformização* aplicada a outras profissões.

Inicialmente, foram identificados 220 estudos. Todos os documentos foram acessados e suas informações essenciais — como título, ano de publicação, repositório de origem e tipo de estudo — foram organizadas em uma planilha eletrônica. Esse processo proporcionou uma visão sistematizada do material encontrado, facilitando a triagem inicial. Nessa etapa, foram removidos 7 estudos duplicados e 189 que não atendiam aos critérios de elegibilidade (os quais exigiam o formato de artigo revisado por pares, dissertação ou tese). Desse modo, após a exclusão de 196 trabalhos, restaram 24 estudos elegíveis para a próxima fase.

Na segunda etapa, os 24 estudos selecionados foram baixados e organizados em pastas categorizadas por periódico, otimizando a gestão dos documentos. Paralelamente, a planilha de controle foi atualizada com duas novas colunas: uma para indicar a progressão à fase seguinte e outra para registrar as justificativas de exclusão. Na sequência, realizou-se a leitura criteriosa de títulos e resumos para verificar a aderência ao objetivo da revisão. Como resultado, 10 trabalhos foram descartados por falta de alinhamento temático, restando 14 artigos elegíveis para a leitura integral na etapa subsequente.

Na terceira e última etapa de triagem, realizou-se a leitura na íntegra dos 14 textos para uma avaliação aprofundada. Ao término desse processo, 6 estudos foram

excluídos por não serem diretamente aderentes à temática da *plataformização* do trabalho docente, resultando em uma amostra final de 8 estudos. Esse conjunto reúne as publicações selecionadas para compor a revisão, conforme ilustrado na Figura a seguir:

Figura – Fluxograma da Revisão



Fonte: Elaboração das autoras (2026)

RESULTADOS

A presente revisão, delineada de acordo com o processo de seleção documentado, permitiu mapear a produção acadêmica brasileira sobre a *plataformização* do trabalho docente. O *corpus* final, composto por oito estudos — dos quais sete foram publicados entre 2023 e 2024 —, oferece um panorama atualizado dos desafios e contradições que cercam esse fenômeno. Ademais, a concentração de publicações a partir de 2023 evidencia a forte emergência dessa temática no contexto nacional, conforme sintetizado no Quadro a seguir:

Quadro – Caracterização dos textos selecionados

Ano	Autores(as)	Título	Periódico ou Instituição	Objetivos
2022	Pedro H. de M. Teixeira	A <i>uberização</i> do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações do trabalho mediados por plataformas digitais	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Investigar quais são as tendências de reconfiguração do trabalho docente, no Brasil, mediado por plataformas digitais no contexto da <i>uberização</i> do trabalho.
2023	Leandra G. Gonçalves ; Andresa S. C. Mutz	A pedagogia do <i>Youtube</i> e o empreendedorismo docente digital	Textura - Revista de Educação e Letras (Periódico)	Compreender como a plataforma de vídeos <i>Youtube</i> opera no agenciamento de professores, transformando-os em empreendedores digitais.
2023a	Marcus V. S. Vieira	As estratégias territoriais das plataformas digitais	Ateliê Geográfico (Periódico)	Identificar e compreender as estratégias

		de trabalho docente no Brasil		territoriais praticadas pelas empresas-plataformas virtuais hegemônicas de trabalho docente no Brasil.
2023	Maura J. F. Vieira, Liara Saldanha Brites, Rosane M. Rollo, Cristianne M. F. Rocha.	<i>Neoprofessor</i> : um sujeito com o Mindset Neoliberal	Textura - Revista de Educação e Letras (Periódico)	Analisar os modos de produção de neoprofessores dentro de uma plataforma digital (online) de contratação direta de professores: a <i>Superprof</i> .
2023b	Marcus V. S. Vieira	O uso corporativo do território brasileiro pelas plataformas digitais de intermediação do trabalho docente	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Compreender como as empresas-plataformas hegemônicas do setor agem no território brasileiro na intermediação do trabalho docente.
2024	Moacir F. Viegas	Plataformização do trabalho docente na educação básica: uma revisão de literatura sob o prisma do gênero e do cuidado	Germinal: Marxismo e Educação em debate (Periódico)	Destacar as características essenciais do fenômeno da plataformização do trabalho, de forma a contribuir com a análise e a compreensão das suas formas de manifestação no trabalho docente

				realizado na educação básica.
2024	André L. M. Cavazzani ; Rodrigo O. dos Santos; Luis F. Lopes	Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa	Cadernos Metrópole (Periódico)	Indicar, por meio de uma análise sistematizada, como podem se operar, via plataformas digitais de ensino, o sequestro e a precarização do trabalho docente.
2024	Leonel A. S. Mattjie	Professores em plataformas digitais: novas dinâmicas do trabalho docente no Brasil	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Investigar a configuração que a profissão docente vem assumindo quando realizada em plataformas digitais e se é uma alternativa profissional e de carreira para professores.

Fonte: Elaboração das autoras (2025)

A tese “A *uberização* do trabalho docente: reconfiguração das condições e relações do trabalho mediados por plataformas digitais” investiga as tendências de reconfiguração e precarização do trabalho docente no Brasil, especificamente no contexto da *uberização* e da *plataformização* da educação. O estudo argumenta que a mediação por plataformas digitais, como *Alicerce* e *Cogna*, promove a informalização e a intensificação do trabalho, substituindo a figura do professor pela do colaborador e retirando seguridades laborais historicamente conquistadas. Além disso, destaca como a Pandemia de Covid-19 acelerou esse processo, transformando a crise em oportunidade para grandes empresas de tecnologia



privatizarem e descaracterizarem a atividade pedagógica (Teixeira, 2022).

O artigo “A pedagogia do Youtube e o empreendedorismo docente digital” analisa como o *YouTube* opera como uma pedagogia cultural que agencia professores para se tornarem empreendedores digitais, os chamados *edutubers*. Através de uma análise de discurso de materiais publicitários da plataforma, as autoras demonstram que o *YouTube* utiliza estratégias discursivas para apresentar a carreira na rede como flexível, rentável e desejável, preferindo uma abordagem sobre o sucesso individual em detrimento de uma discussão considerando precarização. O trabalho docente é, assim, condicionado a métricas algorítmicas de engajamento (curtidas e tempo de atenção) e à simplificação de conteúdo para atrair audiência (Gonçalves; Mutz, 2023).

Já o artigo “As estratégias territoriais das plataformas digitais de trabalho docente no Brasil” explora como as plataformas de intermediação de aulas particulares como *Superprof* e/ou *Preply* utilizam o território brasileiro como recurso produtivo. O autor sustenta que essas empresas dependem da *tecnoesfera* (infraestrutura técnica de internet) e da *psicoesfera* (ideário neoliberal de empreendedorismo) para estabelecer uma nova divisão territorial do trabalho. O processo resulta na *vampirização* de recursos locais, onde a renda gerada por professores e alunos em diversos pontos do país é drenada para centros de comando corporativos majoritariamente situados no Norte Global (Vieira, M.V.S., 2023a).

O texto “*Neoprofessor*: Um Sujeito com o *Mindset*⁹ Neoliberal” investiga a produção do que denomina *neoprofessor*

⁹ *Mindset* nada mais é do que aquela sua voz mental, a “voz da consciência”, que te diz o que fazer e o que não fazer em todas as tarefas da sua vida, seja pessoal ou profissional. (Rico, 2019, grifo no original).

dentro da plataforma *Superprof*, um sujeito subjetivado pela racionalidade neoliberal e pela mentalidade de empreendedor de si. Através da análise de anúncios de docentes, as autoras identificam categorias centrais como a competitividade contínua, a meritocracia e a performatividade, em que o professor se transforma em uma mercadoria em uma vitrine virtual (*marketplace*). Esse modelo impõe ao docente a total responsabilidade pelo seu sucesso, exigindo uma personalização extrema do ensino para atender aos desejos dos clientes (alunos) em detrimento da coletividade (Vieira *et al.*, 2023).

A dissertação “O uso corporativo do território brasileiro pelas plataformas digitais de intermediação do trabalho docente” aprofunda a análise geográfica da plataformização, argumentando que as empresas de intermediação promovem um uso corporativo do território ao se sobreporem a mercados locais de aulas particulares. O autor demonstra que essas plataformas se aproveitam da desigual presença do meio técnico-científico-informacional e de um contingente de professores precarizados para extrair renda e dados. O resultado é uma nova frente de pauperização do docente, que, inserido em um ambiente de ampla competição sem proteção social, é forçado a assumir os custos e riscos de sua própria atividade (Vieira, M. V. S., 2023b).

Por sua vez, o artigo “Plataformização do trabalho docente na educação básica: uma revisão de literatura sob o prisma do gênero e do cuidado” apresenta uma revisão teórica que conecta a plataformização do trabalho docente às categorias de gênero e cuidado, essenciais em uma profissão majoritariamente feminina. O autor argumenta que as plataformas se apropriam dos saberes e estratégias históricas de professores através da extração de dados e algoritmos, gerando uma opacidade que dificulta a resistência docente. Além disso, destaca como o trabalho digitalizado promove a



fluidez das fronteiras entre a esfera pública e privada, mercantilizando atributos afetivos e intensificando a sobrecarga das professoras que agora estão permanentemente conectadas (Viegas, 2024).

O texto “Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa” discute a plataformização como uma variante da *fábrica difusa*, onde o trabalho docente é sequestrado e precarizado sob uma semântica neoliberal de autonomia. Os autores comparam essa dinâmica ao modelo da *Uber*, destacando o controle algorítmico punitivo baseado em avaliações de reputação e a transferência de custos operacionais, como equipamentos e internet, para o próprio professor. Em plataformas como a *Profes*, observa-se a invisibilização do professor, que passa a atuar como um executor de tarefas anônimas em um sistema de trocas desiguais que prioriza o lucro corporativo sobre a qualidade pedagógica (Cavazzani; Santos; Lopes, 2024).

Por fim, o trabalho “Professores em plataformas digitais: novas dinâmicas do trabalho docente no Brasil”. Diferente das abordagens focadas exclusivamente na precarização, esta pesquisa investiga se as plataformas podem ser uma alternativa de carreira consciente para professores de Ensino Superior. Através de entrevistas, o autor identifica uma tipologia de profissionais instruídos, motivados e adaptados tecnologicamente que veem na *plataformização* uma opção de inserção profissional e flexibilidade geográfica. O estudo conclui que, para esses docentes qualificados, o trabalho *plataformizado* pode ser uma escolha livre para ampliar oportunidades, não apresentando, nos casos específicos analisados, os mesmos traços de exploração involuntária vistos em outras categorias de trabalhadores de plataforma (Mattjie, 2024)

DISCUSSÕES

A abordagem predominante (em 07 dos 08 estudos analisados) é aquela que associa a plataformização diretamente à precarização do trabalho de professores, orientada por modelos de negócios de empresas de tecnologia, como a *Uber*. Os entendimentos dos autores variam entre correntes teóricas marxistas, foucaultianas e da geografia, mas convergem no sentido de entender que as plataformas têm provocado mudanças na prática docente.

Alguns estudos (Cavazzani; Santos; Lopes, 2024; e Teixeira, 2022) destacam que essas plataformas, sob uma discursividade de flexibilidade e empreendedorismo, implementam formas de controle algorítmico que resultam em perda de direitos, insegurança profissional e intensificação da jornada. Viegas (2024) acrescenta que, para compreender a sobrecarga e a intensificação do trabalho, é preciso incluir uma perspectiva de gênero, já que a plataformização afeta em modo e intensidade diferente as professoras, uma vez que o trabalho docente é historicamente associado ao ato de cuidar e ao feminino. Essa dinâmica é aprofundada por autores que discutem o uso corporativo do território e apontam que, apesar de sua natureza virtual, as plataformas operam em espaços físicos, explorando desigualdades para extrair valor e reconfigurar as relações laborais (Vieira, M.V. S., 2023a; Vieira, M.V. S., 2023b).

Plataformas como *Superprof*, *Preply* e *TutorMundi* colocam-se como uma tecnologia para intermediar entre docentes e discente, mas produzem prestadores autônomos que vendem seus serviços (aulas) sem direitos trabalhistas e outras garantias institucionais (Teixeira, 2022; Vieira, M.V. S., 2023a; Vieira, M.V. S., 2023b). Discursos neoliberais como o de “autonomia” contornam os processos de exploração e transferem aos trabalhadores todos os riscos ocupacionais (Cavazzani; Santos; Lopes, 2024; Mutz; Gonçalves, 2023;

Teixeira, 2022; Vieira *et al.*, 2023). Ainda na lógica neoliberal e dos algoritmos, o ato de ensinar se torna quantificável (dataficação), com docentes sendo vigiados, avaliados e estimulados a competir e produzir (Vieira *et al.*, 2023; Cavazzani; Santos; Lopes, 2024; Viegas, 2024;) nesse sentido, a plataformização opera também no nível da subjetividade, incentivando que os professores se enxerguem como uma empresa (os “empresários de si”).

Mutz e Gonçalves (2023) demonstram como o *YouTube* opera no agenciamento da carreira docente e produz o professor *youtuber* (*edutuber*). Enquanto Vieira *et al.*, (2023), utilizando o *Superprof*, exploram a ideia de que esse docente (que tem o *mindset* neoliberal) torna-se um *neoprofessor*. Ambos são novos perfis de profissionais docentes que atuam interpelados pelos preceitos neoliberais na tentativa de atender as opacas demandas de gerenciamento algorítmico das plataformas digitais e atingir uma audiência de alunos que acessam as plataformas.

Apesar da predominância de uma visão crítica, nessa revisão também encontramos uma outra abordagem, divergente das demais mencionadas. A dissertação de Mattjie (2024) questiona o entendimento generalizado de precarização, argumentando com relato de professores entrevistados que o trabalho em plataformas pode ser uma escolha consciente e, em alguns casos, financeiramente vantajosa. Esse estudo representa um contraponto relevante e aponta para a complexidade do fenômeno, sugerindo que a *plataformização* não deve ser vista de forma única e, principalmente, negativa.

Cabe salientar que, no estudo de Mattjie (2024), foram realizadas quinze (15) entrevistas semiestruturadas com docentes do ensino superior — em sua maioria, mestres e doutores com fluência na língua inglesa. Enquanto parte dos entrevistados atua na graduação e na pós-graduação de

instituições públicas e privadas, outros trabalham em cursos de idiomas, recebendo em dólar e desfrutando de alta autonomia. Ao analisar os relatos, o autor identificou profissionais instruídos, motivados e que não se percebem precarizados, mas veem na plataforma uma oportunidade de ampliação de carreira.

Cumprir destacar que, embora não seja o único, esse foi o estudo selecionado que contou com o maior número de professores ouvidos. No entanto, ressalta-se que o perfil dos participantes é extremamente específico, caracterizado por um alto nível de qualificação. Apesar disso, quatro (4) dos quinze (15) entrevistados relataram atuar nas plataformas por necessidade e para complementar a renda. Tais dados permitem problematizar a análise: embora a plataformização possa parecer uma escolha consciente, reflete também a necessidade de incremento financeiro, sinalizando que, mesmo entre profissionais altamente qualificados, persistem indícios de precarização do trabalho.

Com base nisso, constata-se que a principal lacuna na literatura nacional reside justamente no descompasso entre a abordagem conceitual dominante de precarização e a experiência dos sujeitos descrita por Mattjie (2024). De um lado, temos de modo geral (e não totalizante) a caracterização da plataformização como um vetor inescapável de precarização do trabalho docente; de outro, sobressai um contraponto que apresenta uma percepção de agência, satisfação e flexibilidade manifestada pelos próprios professores ainda que a partir dos dados apresentados no texto, novos posicionamentos podem ser tomados. Assim, torna-se relevante investigar como essas dimensões aparentemente contraditórias se articulam, identificando até que ponto o discurso de autonomia é apresentado em detrimento de perdas contratuais e simbólicas, ou se, contrariamente, a atuação em plataformas tem configurado novos arranjos de



flexibilização positiva dos docentes no cenário educacional contemporâneo.

CONCLUSÃO

O *corpus* constituído pelos oito estudos selecionados ofereceu um panorama dos desafios e contradições emergentes sobre o tema da *plataformização* do trabalho docente, reiterando que esse é um tema atual (todos os textos foram publicados a partir de 2022), em desenvolvimento na literatura brasileira, mas com visões que não são uniformes. O debate oscila entre a precarização e a livre escolha, o que sugere a necessidade de pesquisas que aprofundem as especificidades de cada plataforma e as diferentes realidades dos professores, além de mais estudos que ouçam os docentes, pois somente dois usam entrevistas como abordagem metodológica.

Dentre as possíveis limitações metodológicas desse estudo, destacamos a restrição de busca apenas em publicações em língua portuguesa e o recorte temporal limitado. Outros estudos que abarquem um maior número de publicações e em diferentes idiomas, podem permitir compreender o tema em uma perspectiva global. Esperamos que esse trabalho impulse o debate sobre a *plataformização* do trabalho docente, estimulando novas investigações sobre condições laborais e estratégias de resistência dos professores, além de análises que integrem outras interseccionalidades — especialmente de gênero — para uma compreensão mais ampla do fenômeno.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, maio-ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxwB/?format=html&lang=pt#top>. Acesso em: 23 maio 2026.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu, 2022.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski; SANTOS, Rodrigo Otávio dos; LOPES, Luís Fernando. Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 209-228, jan./abr. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Kamyla Stanieski. **Nem professores, nem alunos e nem sala de aula**: uma análise sobre a formação de criadores de conteúdo no Instagram. 2025. Tese (Doutorado em



Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2025. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/300876>. Acesso em: 17 maio 2026.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hackerfanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 22, n. 1, p. 106–122, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/12188>. Acesso em: 19 abr. 2025.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyinè, 2015.

LABDEEP. **About**. Disponível em: <https://labdeep.com/about/>. Acesso em: 2 ago. 2026.

MATTJIE, Leonel Antonio Severo. **Professores em plataformas digitais**: novas dinâmicas do trabalho docente no Brasil. 2024. 58 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.



MOUSER ELECTRONICS. Big data, grandes insights: o poder da dataficação. **Embarcados**, 19 out. 2023. Disponível em: <https://logap.com.br/blog/dataficacao/#::~text=O%20que%20%C3%A9%20datafica%C3%A7%C3%A3o?.de%20mercado%2C%20entre%20outros%20aspectos>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MUTZ, Andresa Silva da Costa; GONÇALVES, Leandra Gomes. A pedagogia do YouTube e o empreendedorismo docente digital. **Textura**, v. 25, n. 64, out./dez. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; MATHEUS, Jéssica; ALVES-SILVA, Wagner; FRID, Marina; PETRA, Priscila; PENALVA, Janaina. Mídias sociais como plataforma de trabalho digital: avaliando os impactos sociais, culturais e políticos da migração do mercado de trabalho para o Instagram. **Digital Economy and Extreme Politics**, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.labdeep.com/reports>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, L. M. O direito de brilhar: pobreza, consumo e (des)politização no Brasil neoliberal. **Revista de Cultura do Consumo**, v. 23, n. 2, p. 312-330, 2023.

POELL, Thomas; NIEBORG, David. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275–4292, 2018.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DUFFY, Brooke Erin. **Platforms and cultural production**. Cambridge: Polity Press, 2022.



RICO, Ana. Letícia. **Dicionário Startups**: os significados dos principais termos do ecossistema empreendedor. 1 ed. São José dos Campos: [s.n.], 2019. Disponível em: https://hitt.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Dicionario-Startups_Ana-Leticia-Rico_2019.pdf. Acesso em: 25 jul. 2026.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

TEIXEIRA, Pedro Henrique de Melo. **A uberização do trabalho docente**: reconfiguração das condições e relações do trabalho mediados por plataformas digitais. 2022. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

VIEGAS, Moacir Fernando. Plataformização do trabalho docente na educação básica: uma revisão de literatura sob o prisma do gênero e do cuidado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 961-980, jan./abr. 2024.

VIEIRA, Maura Jeisper Fernandes; BRITES, Liara Saldanha; ROLLO, Rosane Machado; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Neoprofessor: um sujeito com o mindset neoliberal. **Textura**, v. 25, n. 64, p. 491-507, out./dez. 2023.

VIEIRA, Maura Jeisper Fernandes. **Uberização do Trabalho Docente**: novos dilemas para velhos problemas. 2023. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

VIEIRA, Marcus Vinicius Santos. As estratégias territoriais das plataformas digitais de trabalho docente no Brasil. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 28-55, fev. 2023a.



VIEIRA, Marcus Vinicius Santos. **O uso corporativo do território brasileiro pelas plataformas digitais de intermediação do trabalho docente**. 2023. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023b.

Recebido em 30 de maio de 2026.

Aprovado em 5 de agosto de 2026.